



**UFSM**

**Artigo Monográfico de Especialização**

**ADOLESCÊNCIA, IDADE ADULTA E DEFICIÊNCIA: DISCUSSÕES  
ACERCA DE CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

**Maria Esther Gomes de Souza**

**SANTA MARIA, RS, Brasil**

**2010**

**ADOLESCÊNCIA, IDADE ADULTA E DEFICIÊNCIA:  
DISCUSSÕES ACERCA DE CONCEPÇÕES E PRÁTICAS  
PEDAGÓGICAS**

---

por

**Maria Esther Gomes de Souza**

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**SANTA MARIA, RS, Brasil  
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Educação**  
**Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e**  
**Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de Especialização

**ADOLESCÊNCIA, IDADE ADULTA E DEFICIÊNCIA: DISCUSSÕES**  
**ACERCA DE CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

elaborado por  
**Maria Esther Gomes de Souza**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
***Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de***  
***Surdos***

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Eliana da Costa Pereira de Menezes**  
(Presidente/Orientador)

---

**fulano**

---

**fulano**

Santa Maria, RS, Brasil  
2010

## **RESUMO**

Artigo de Especialização  
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **ADOLESCÊNCIA, IDADE ADULTA E DEFICIÊNCIA: DISCUSSÕES ACERCA DE CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

AUTOR: MARIA ESTHER GOMES DE SOUZA  
ORIENTADOR: ELIANA PEREIRA DE MENEZES  
SANTA MARIA

A presente pesquisa buscou identificar as concepções que embasam as práticas pedagógicas desenvolvidas com o grupo de adolescentes e adultos na APAE de Lavras do Sul/RS. Suscitou-se o interesse em pesquisar o grupo de adolescentes e adultos da instituição por estarmos vivendo em épocas de inclusão de alunos com deficiência na escola regular, havendo uma desarticulação dos espaços especializados e a não definição do espaço indicado para a clientela que não se apresenta mais em idade escolar. Também há uma inquietação quanto às práticas pedagógicas a serem desenvolvidas com adolescentes e adultos com deficiência, quanto ao planejamento de um currículo que venha de encontro das necessidades desses indivíduos para que possam evoluir e atuar como cidadãos. A APAE de Lavras do Sul/RS, lócus do estudo, foi instalada em 2002, sendo originada do Centro de Apoio da Criança Portadora de Deficiência. A instituição conta no quadro fixo de funcionários com uma educadora especial, duas psicopedagogas, uma professora de música e uma fisioterapeuta. O grupo de adolescentes e adultos é heterogêneo, composto de oito alunos, quatro rapazes e quatro moças, com idades que variam de treze a quarenta anos. Os dados analisados no estudo foram coletados a partir de observações realizadas direta e indiretamente de agosto a dezembro de 2009 e realizadas entrevistas com três psicopedagogas que atuam com o grupo, duas no projeto de Estimulação e Reeducação e uma no Projeto de Informática. Com a conclusão do trabalho, pode-se perceber que as concepções dos profissionais que atuam na instituição estão relacionadas à concepção de ser humano: cada um deve ser respeitado como é, e valorizado dentro das suas possibilidades. Assim, o trabalho pedagógico da instituição deverá sofrer modificações para 2010, sendo inserido nos planejamentos temas como namoro e sexualidade, por exemplo. A alfabetização deverá perder o lugar de destaque como objetivo do trabalho pedagógico e o trabalho que utiliza o computador como recurso pedagógico deverá ser ampliado, uma vez que apresentou índices extremamente satisfatórios na formação de sujeitos capazes de autonomamente se desenvolverem.

Palavras-chave: adolescência, idade adulta, concepções, práticas pedagógicas.

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico este trabalho aos meus amores:  
Valério, João Marcos e Alessandra. Vocês são  
a luz da minha vida!*

*À minha mãe, meu pai e meus irmãos,  
que são parte de mim.*

*À minha Dinda: somente uma pessoa  
tão especial poderia ser uma mãe especial.*

*Ao André, que escuta com os olhos e  
fala com as mãos.*

*À Eneida Gasparetto, Maria da Graça e  
Maria Helena Fernandes, mulheres fortes que  
marcaram minha trajetória profissional.*

*Aos meus alunos maravilhosos, que se  
superam a cada dia e dão um show! Vocês são  
a prova de que tudo vale a pena!*

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço a Deus, que me ilumina, inspira, protege e permite que eu tenha os melhores amigos do mundo: Dani, Roberto, Márcia, Felipe, Evandro, Cristina, Eliana, Clódia, Lu, Cíntia, Fernandda, Camila, Ana Márcia, Alfredo, Deison, Dócia, Mariliza, Tânia, Luisa, Nena Aninha, Lili, Juju e Jorginho.*

*Aos meus cunhados e aos meus sogros.*

*Às tutoras Michele Quinhones, Cristiane Missio e Ana Cláudia Ribeiro, e às colegas de curso.*

*À minha orientadora Eliana Pereira de Menezes, cuja didática exemplar é digna de aplauso.*

*Agradeço aos meus colegas queridos e compreensivos do CBEM, especialmente ao Chico, Dione, Diva, Ariane e Josi, que valorizaram a minha formação e colaboraram de todas as formas possíveis. Vocês moram no meu coração!*

*Ao Secretário Municipal de Administração Marco Antônio dos Santos, pelo empenho para colocar o meu trabalho junto à APAE.*

*À família Apaeana que me recebeu de braços abertos, em especial à Cibele e Rosane, presidentes da instituição.*

*Às mães e aos pais mais que especiais dos meus alunos.*

*Aos meus colegas da equipe multi e interdisciplinar: Jô, Patrícia, Elene, Helen, Alice, Luan e Carlinhos. Juntos, somos fortes!*

*Aos meus parceiros de poesia e música, que me ajudam a tornar a vida mais leve.*

## SUMÁRIO

<b>1. SOBRE OS MOTIVOS E AS INTENÇÕES DA PESQUISA .....</b>	<b>01</b>
<b>2. SOBRE A TRAJETÓRIA DA PESQUISA .....</b>	<b>05</b>
<b>3. SOBRE AS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....</b>	<b>07</b>
<b>4. REFLEXÕES FINAIS .....</b>	<b>15</b>
<b>5. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>17</b>

## **1. SOBRE OS MOTIVOS E AS INTENÇÕES DA PESQUISA**

Minha trajetória como educadora especial data de 1997, quando cheguei a Lavras do Sul/RS e fui convidada a trabalhar como voluntária no então Centro de Apoio à Criança Portadora de Deficiência, atual APAE. Trabalhei na parte de avaliação pedagógica e orientadora de atividades pedagógicas durante alguns anos. Ressalto, aqui, que fui a primeira profissional de educação especial de nível superior a atuar em Lavras do Sul, fato que, infelizmente, permanece até hoje.

Num primeiro contato com a instituição, em 1997, surpreendeu-me a grande quantidade de voluntários, quase todos freqüentadores do Grupo Espírita, que mantinha o Centro de Apoio em parceria com a Prefeitura Municipal. Havia um número expressivo de crianças com deficiência para uma cidade de oito mil habitantes. A instituição contava apenas com um fisioterapeuta e uma professora cedidos pela prefeitura. Todos os voluntários executavam as mais diversas tarefas, desde a fisioterapia, orientados pelo profissional, até a parte pedagógica. Uma prática totalmente baseada no empirismo, pois tais voluntários não tinham formação específica em educação.

Com objetivo de esclarecer e qualificar os voluntários e família, foram realizados seminários e oficinas de capacitação, dos quais participei como palestrante. Com a minha presença na instituição, começou, então, a haver modificação na estrutura do Centro de Apoio: todas as crianças eram avaliadas pela educadora especial, que deveria orientar os voluntários quanto às atividades a serem desenvolvidas na área pedagógica. As escolas municipais e estaduais também não contavam com o trabalho do educador especial, o que acarretava o encaminhamento de alunos com toda e qualquer dificuldade e desvios de conduta ao Centro de Apoio. A Secretaria Municipal de Educação, reconhecendo o trabalho desenvolvido no Centro de Apoio, ofereceu-me um contrato como professor itinerante. Como contratada da prefeitura, durante seis meses, desenvolvi atividades de avaliação e atendimentos de alunos com deficiência, dificuldades de aprendizagem, déficit de atenção, desvios de conduta e transtornos diversos. Após o término do contrato, fui aprovada em concurso público e assumi o cargo de educadora especial do município em fevereiro de 2000.



Trabalhei por mais dois anos como professora itinerante, atendendo quatro escolas municipais, o Centro de Bem-Estar do Menor, realizando suporte técnico aos professores e orientando a parte de planejamento de ações da educação especial na Secretaria Municipal de Educação. Em 2002, foi montada a primeira Sala de Recursos da Rede Municipal de Ensino de Lavras do Sul, anexa à Escola Municipal Fundamental Dr. Cláudio T. Bulcão. Em 2004, a Sala de Recursos foi transferida para um local mais apropriado, anexo à Prefeitura Municipal, ao lado da escola.

Com argumentação bem fundamentada, consegui, também nesses anos, que fosse criado o cargo de fonoaudiólogo no município. Desde então, surgiu o projeto de constituição de um Centro de Atendimento, onde educadora especial, fonoaudiólogo e psicólogo trabalhariam em conjunto, que ainda não era possível. Em local apropriado, passei a oferecer atendimentos a alunos e orientações a pais e professores, reunindo-me com os demais profissionais no posto de Saúde do município. Em 2006, a Sala de Recursos foi transferida para a Escola Municipal Fundamental Maria Joaquina de Menezes, período em que também atuei, em turno inverso, na coordenação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. Por diversos problemas de divergência quanto às políticas de educação municipal, e também por um problema administrativo, fui transferida para o Centro de Bem-Estar do Menor, onde foi refeito o projeto da Sala de Recursos. Em 2008, a pedido do prefeito, elaborei, juntamente à então psicóloga da Secretaria de Educação, o Projeto de Criação do Centro Municipal de Atendimento Interdisciplinar, que sempre foi o meu maior “sonho” enquanto educadora especial. Realizei a triagem inicial de alunos, mas, novamente, as divergências soaram mais fortes, e retornei ao Centro de Bem- Estar do Menor.

Desde 2006, atendo, também, crianças com paralisia cerebral. Os atendimentos iniciaram após meu empenho pessoal em convencer os pais dessas crianças de que elas poderiam evoluir. Essas crianças freqüentavam a APAE para a fisioterapia e nunca tinham recebido atendimentos na área da educação. No ano de 2009, meu trabalho foi solicitado pela direção da APAE à prefeitura, que, então, cedeu dez horas dos meus atendimentos. A direção da APAE, assim como eu, entendeu que o trabalho teria um resultado melhor se fosse fruto de uma equipe multi e interdisciplinar. Desde março deste ano, trabalho na APAE e faço parte de uma equipe composta por psicopedagogas, dentista, fisioterapeuta e fonoaudióloga.

Nessa trajetória, minha maior frustração deve-se ao fato de que, trabalhando em órgãos públicos, vemos que há meios de fazer a evolução da educação, de trazer o novo, de proporcionar aos alunos, em geral, muitas coisas além do que lhes é ofertado, mas que, infelizmente, acabam não acontecendo por diversos motivos, um deles, a burocracia. Minha preocupação quanto aos alunos com deficiência, é perceber que estão freqüentando uma escola que não está preparada para recebê-los, uma escola que oferece a vaga, mas não oferece um currículo flexível, um professor capacitado, uma estrutura física adequada. Vejo professores inseguros, crianças inseguras, pais inseguros, falta de planejamento e de adaptações. E, para onde irão estas crianças quando ficarem “velhas” demais para a escola? Onde irão se sentir bem? Será que a vida inteira elas receberão desenhos para pintar, até adultas? Muitas crianças, até mesmo em idade inferior a quatorze anos, relatam se sentirem melhor freqüentando a APAE no turno inverso do que a própria escola. Vários são os casos de crianças e adolescentes com deficiência ou até mesmo dificuldades de aprendizagem que apresentam sintomas de depressão, causados pela inclusão/exclusão na escola comum.

Nesse contexto, o que me instiga e inquieta é refletir como a escola comum pode se constituir como um lugar para a clientela da educação especial, e como as práticas podem ser desenvolvidas para os adolescentes e adultos com deficiência. Como deverá ser conduzida a educação a partir da adolescência? Como lidar com a sexualidade destes indivíduos? Como prepará-los para o trabalho, para a vida social, para os relacionamentos? Percebe-se que os pais desses adolescentes e adultos usam o termo “criança” para se referirem aos seus filhos. Será que são ainda crianças? Qual é o papel do educador especial frente a essas questões?

Diante dessas inquietações, justifico o presente trabalho pela necessidade da realização de uma pesquisa que venha a colaborar com a prática pedagógica desenvolvida com adultos em instituição especializada em tempos de inclusão. A apresentação da Política de Educação Especial numa perspectiva inclusiva em 2008 no país, onde há todo um direcionamento para que o ensino regular receba educandos com necessidades especiais, gera algumas polêmicas e indagações sobre o espaço das instituições especializadas e sua clientela. A nomenclatura “deficiência” foi utilizada no título do trabalho por ainda constar no texto da Política de Educação Especial de 2008.

Focalizando o local do desenvolvimento da pesquisa, a APAE de Lavras do Sul, percebe-se que há muita dificuldade, por parte do grupo de profissionais, em desenvolver um trabalho com o grupo de adolescentes e adultos. Há muitas dúvidas sobre conteúdos e metodologia, permanecendo o trabalho escolar de alfabetização como o predominante. Os adolescentes e adultos acabam sendo tratados como crianças e assim, o trabalho não atinge níveis satisfatórios, o que inquieta e frustra os profissionais responsáveis. Este anseio, esta busca por um trabalho significativo com alunos adultos que possuem déficit cognitivo motiva-me como educadora especial, assim como motivou o interesse em desenvolver a presente investigação, cujo problema de pesquisa busca saber “quais as concepções que embasam as práticas pedagógicas desenvolvidas com o grupo de adolescentes e adultos na APAE de Lavras do Sul?” O que pretendemos com este estudo é conhecer as concepções dos profissionais que atuam com os alunos em questão, para que então possamos organizar espaços de discussão e reflexão sobre as práticas que são desenvolvidas, procurando possibilidades de atuação que favoreçam de forma significativa o desenvolvimento desses sujeitos que não são mais crianças e precisam ser estimulados para que se constituam como cidadãos.

Quando falamos em uma escola inclusiva, pensamos principalmente nas crianças que hoje se encontram em idade escolar, esquecendo-nos de discutir sobre aquelas crianças que não passaram por uma educação escolarizada em espaços inclusivos e, que hoje constituem a parcela da população de alunos, adolescentes e adultos com deficiência, que não estão na escola regular. Para onde devemos encaminhar esses alunos? Devem seguir estudando na Educação de Jovens e Adultos ou seria mais adequado uma instituição especializada? Aprofundando essa discussão, este estudo pretende analisar essas e outras questões, acreditando que pensar em uma educação inclusiva seja também pensar nas condições de desenvolvimentos dos adultos que possuem deficiências e que precisam conquistar condições dignas de vida em sociedade.

## **2. SOBRE A TRAJETÓRIA DA PESQUISA**

A pesquisa teve como lócus de estudo a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE de Lavras do Sul/RS, especificamente observando o trabalho desenvolvido com um grupo de adolescentes e adultos. A atual APAE surgiu, inicialmente, como Centro de Apoio à Criança Portadora de Deficiência, criado em 1996 e mantido pelo Grupo Espírita Allan Kardec, com parceria da Prefeitura Municipal. Uma das características iniciais do funcionamento da instituição foi o expressivo número de voluntários que auxiliavam no seu funcionamento, o que permanece até hoje. A transição de Centro de Apoio para APAE deveu-se à necessidade de obter mais recursos para manutenção. A APAE de Lavras do Sul/RS foi instalada em 2002. Atualmente o funcionamento da APAE se dá através de projetos: de estimulação e reeducação, educação especial, informática, odontologia, dia de campo (numa chácara próxima à cidade), artesanato e música. O número de voluntários totaliza quatorze pessoas. Através de convênio, a Prefeitura Municipal fornece transporte e cede duas psicopedagogas, com vinte horas cada uma, educadora especial e fisioterapeuta, com dez horas cada uma e professora de música, com duas horas semanais. A APAE mantém uma secretária contratada. Estes profissionais formam o quadro fixo de funcionários. O número de alunos atendidos pela instituição é de trinta e sete.

Os dados analisados no estudo foram coletados a partir de observações e entrevistas com os alunos e profissionais da área de psicopedagogia e informática que atuam com o grupo de adolescentes e adultos. As observações foram realizadas, direta e indiretamente de agosto a dezembro de 2009.

Denominado “Grupo do Fundo”, por realizar suas atividades num salão que fica na parte de trás da instituição, é constituído por quatro moças e quatro rapazes, totalizando oito alunos. As idades variam de treze e quarenta anos. É um grupo heterogêneo, composto por dois alunos com Síndrome de Down, seis alunos com déficit cognitivo e associações como déficit de atenção, hiperatividade, deficiência física. Os atendimentos duram cerca de duas horas, e incluem uma rotina de oração, atividades de pintar, recortar e colar, merenda e escovação de dentes. O trabalho é desenvolvido por vários profissionais e voluntários. São responsáveis pelo grupo duas psicopedagogas, sendo uma delas voluntária, um técnico em informática

voluntário e professoras em nível de magistério, também voluntárias. A APAE de Lavras do Sul mantém um número significativo de voluntários em todos os projetos desenvolvidos, Com o grupo pesquisado, sete voluntários realizam atividades durante os cinco dias de atendimentos semanais de duas horas de duração. Alguns voluntários são jovens em idade de ensino médio e leigos, que se dispõem a trabalhar na APAE com o intuito de colaborar.

Após a observação do trabalho desenvolvido com o grupo, foram entrevistadas três psicopedagogas: uma responsável pelo Projeto de Informática e Tecnologia Assistiva e duas responsáveis pelo Projeto de Estimulação e Reeducação. As principais inquietações que nortearam a pesquisa foram a insegurança de alguns profissionais e voluntários quanto ao trabalho que deveria ser desenvolvido com o grupo. Como cada dia da semana pessoas diferentes são responsáveis pelo grupo, o trabalho torna-se desconectado, mesmo sendo baseado em projetos. Fora as atividades no salão do fundo, quatro alunos são atendidos individualmente ou em dupla no Projeto de Educação Especial e todos, em grupos de até quatro alunos, no projeto de Informática, ausentando-se do salão por cerca de quarenta e cinco minutos. Percebe-se, também, que os profissionais não têm horários livres para reuniões de equipe, apesar de estarem sempre em contato trocando informações. Os voluntários não recebem uma maior orientação por este motivo. Os horários de atendimentos dos profissionais da instituição estão lotados.

As entrevistas foram filmadas, realizadas na própria instituição, e as questões propostas foram as seguintes:

- 1- Qual é a proposta de trabalho com o grupo de adolescentes e adultos?
- 2- Que tipo de atividades são desenvolvidas?
- 3- Qual a metodologia?
- 4- Como é realizada a avaliação dos alunos?
- 5- Na sua avaliação, o trabalho está sendo positivo ou negativo? Por quê?
- 6- Quais as suas apostas quanto ao trabalho com este grupo?

### 3. SOBRE AS CONCEPÇÕES E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A educação sempre reflete o momento histórico, as concepções da sociedade e o modelo de homem de uma determinada época e local. Ao concebermos a escola como local de reprodução e multiplicação de uma ideologia dominante em determinado tempo, começamos a despertar o olhar crítico e avaliativo das práticas escolares. Vivemos um momento onde a palavra “inclusão” tornou-se parte de nosso dia a dia como educadores. Mas, percebe-se, também, que muitas vezes a palavra é repetida sem haver uma abordagem aprofundada sobre o tema. Inclusão não é apenas uma tendência, faz parte de um momento de transformação social.

Mrech (*apud* VOIVODIC, 2008, p. 21) considera que a inclusão tem suas raízes anteriores à década de 1960 e seus eixos básicos se formaram a partir de quatro vertentes: a emergência da psicanálise, a luta pelos direitos humanos, a pedagogia institucional e o movimento de desinstitucionalização manicomial.

Com uma nova concepção de seres humanos, a partir de Freud, a psicanálise questionou o modelo de deficiência e a aplicação do modelo médico, trazendo uma reflexão para que os direitos das crianças com deficiência fossem respeitados. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, acaba por dar origem à Pedagogia Institucional, uma nova forma de ver a educação, onde é percebida a importância do contexto educacional do aluno: a maneira como é trabalhado e percebido na escola será determinante para o seu desenvolvimento. Movimentos de pais de crianças com deficiência, a partir de 1950, também estão ligados historicamente à inclusão. Na Suécia, em 1968, começaram a ser matriculadas crianças deficientes em classes regulares. No Brasil, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE- começou a tomar forma no Rio de Janeiro, por iniciativa de uma mãe de criança que possuía Síndrome de Down, em 1954.

Segundo Voivodic (2008, p. 23) o movimento de inclusão ganhou novo ímpeto na década de 1990, com a criação de uma organização internacional, a “Schools are for Everyone”, composta por membros de diversos países, cujo objetivo era promover a inclusão em escala mundial. Nessa mesma década, dá-se a Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais, realizada em Salamanca (1994), considerada um marco decisivo para a educação inclusiva. Tal declaração firmou o compromisso com a educação para todos, onde foi decidida a inclusão de indivíduos com necessidades

educativas especiais no sistema comum de educação, tendo a escola que incluir a todos, reconhecer a diversidade e promover a aprendizagem atendendo às necessidades de cada um.

Inspirada nos direitos defendidos por essa Declaração, temos no Brasil em 1996 a promulgação da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, LDBEN Nº 9394/96, que assegura a inclusão de alunos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A partir de então, as escolas começaram a matricular esta clientela, promovendo uma integração de crianças com necessidades especiais, o que acabou a causar a desarticulação das instituições especializadas e classes especiais, causando uma confusão quanto ao papel de cada uma na educação de pessoas com deficiência.

Ao tratarmos de inclusão, pensamos, na maioria das vezes, em crianças em idade escolar. As crianças com deficiência no dias atuais vivenciam um momento de transformação social e escolar, tendo seu espaço de aprendizagem definido: a escola comum. Ainda não podemos considerar a escola comum como preparada e adaptada para a inclusão, entretanto, o processo está acontecendo e tenderá a se ampliar. Mas, e aqueles que não têm mais idade para frequentar a escola? E os adultos com deficiência que cresceram numa época onde a escola era impossível para eles? Deverão frequentar o EJA? Apenas deverão receber uma educação para o trabalho, em oficinas? Qual o espaço para o adolescente com deficiência que não se alfabetizou e está cansado de frequentar a 1ª série?

A partir da adolescência, novos interesses começam a surgir. O desejo de participar de grupos, de ter relações afetivas com pares e a sexualidade começam a aflorar. No entanto, em se tratando das pessoas com deficiência, há uma preocupação direcionada geralmente à sua educação e a possibilidade de que outros aspectos importantes para sua constituição enquanto sujeito, entre eles sócio-afetivos, possam ser sublimados.

Com relação a esse aspecto, Ardore (2008) afirma que

No caso da pessoa com deficiência, geralmente pensamos em suas necessidades educacionais, em sua independência e autonomia, em sua capacitação profissional e em sua colocação no mercado de trabalho, como se sua vida se resumisse a isso, ignorando por completo o desenvolvimento de sua sexualidade... Caso a pessoa com deficiência não conviva com grupos sociais, podendo ter amigos e trocar experiências, não receba orientação sexual e apoio de familiares ou profissionais, dificilmente terá condições de exercê-la. (2008, p. 71)

Preocupada com o direcionamento das práticas desenvolvidas com esses sujeitos e concebendo a inclusão de alunos com deficiência nas escolas comuns como um processo em desenvolvimento para alunos em idade escolar, focalizou-se a presente pesquisa em um grupo onde há dois alunos adolescentes matriculados em uma 1ª série há seis anos, um aluno matriculado na 1ª série do EJA e cinco alunos adultos que frequentam apenas a APAE.

Consideramos que a visão sócio-interacionista de Vygostky contribui de forma determinante para o desenvolvimento dos indivíduos com déficit cognitivo. A interação do organismo com as condições de vida social, a troca com os outros sujeitos e consigo próprio fazem com que haja uma internalização de conhecimentos, papéis e funções sociais, permitindo a constituição de conhecimentos e da própria consciência. Assim, nessa perspectiva, se a aprendizagem favorece o desenvolvimento das funções mentais, é a aprendizagem interativa permite que o desenvolvimento avance. (MENEZES, et al. 2009, p.17).

Nas entrevistas realizadas, observamos que duas profissionais optam pelo trabalho em grupo como principal metodologia utilizada. Uma das profissionais (Psicopedagoga 1) cita a importância desta forma de trabalhar, dizendo que

“é um grupo diferente, é diversificado, então, tudo aquilo que é muito heterogêneo, é difícil da gente resolver, de chegar a um objetivo, mas, ao mesmo tempo, muito interessante, curioso, e eu acho que o que estimula a gente é essa heterogeneidade. Eu acredito bastante na heterogeneidade, é onde a gente busca o novo, o diferente.”

Ela fala em auto-estima, rotina e desenvolvimento através de estimulação e reeducação com atividades que envolvam trabalhos artísticos, modelagem, trabalhos de alfabetização com alguns alunos do grupo, desenho, recorte e colagem, e também teatro. Uns auxiliando os outros. Segundo Vygotsky (1989), o desenvolvimento mental de um aluno não pode ser determinado apenas pelo que ele consegue produzir sozinho, mas também por aquilo que ele consegue realizar com a ajuda de outras pessoas. Aqui está apontado o conceito de zona de desenvolvimento proximal, que é a distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial do indivíduo. As possibilidades de desenvolvimento de uma pessoa com deficiência não são determinadas apenas pelas limitações orgânicas, pois as vivências possibilitadas a elas têm fator determinante. A deficiência não afeta as interações com o meio físico, mas a qualidade destas interações estabelecidas com



os outros sujeitos sociais, o que afeta os processos de desenvolvimento e aprendizagem. Oferecer aos alunos desafios constantes é trabalhar na zona de desenvolvimento potencial, transformando os possíveis conhecimentos em conhecimentos reais. (MENEZES, et al. 2009, p.17).

Outra profissional que também desenvolve atividades pedagógicas direcionadas à alfabetização (Psicopedagoga 2), revela outra situação de trabalho.

“A proposta de trabalho daqui da APAE seria uma tentativa de alfabetização. Embora não esteja funcionando, o objetivo é esse”.

E, quanto às atividades desenvolvidas, relata que

“são relacionadas à tentativa de alfabetização, motricidade ampla e fina. A gente está tentando como se fosse lá no período preparatório pra tentar chegar na alfabetização. Sem sucesso, mas é este o trabalho que é desenvolvido”.

Percebe-se, aqui, que os alunos ainda realizam atividades destinadas a crianças, quando sabemos que eles não são mais crianças. Há uma tendência à infantilização, pois as atividades realizadas são destinadas ao período preparatório, a uma pré-escola, enquanto, na realidade, o grupo de alunos é composto de adolescentes e adultos, que acabam por realizar tarefas de modo repetitivo, limitando-se numa etapa de desenvolvimento, sem explorar suas possibilidades de raciocínio e sua condição de indivíduo adolescente ou adulto. A questão, em si, não são as atividades desenvolvidas, mas a maneira como as atividades estão sendo exploradas e mediadas neste grupo.

Quanto a esta questão o MEC<sup>1</sup> (2007, p.25) faz uma abordagem que a exemplifica:

Uma atividade muito utilizada pelos professores de alunos com deficiência mental é fazer bolinhas de papel para serem coladas sobre uma figura traçada pelo professor numa folha mimeografada. Esta atividade pode ser explorada de duas maneiras, com objetivos distintos. Uma delas é desenvolvê-la de forma alienante, limitada, repetitiva, reduzindo-se a um mero exercício de coordenação motora fina, realizada durante horas e sem o menor sentido para o aluno. A mesma atividade pode explorar a inteligência desse aluno se fizer parte de um plano e for uma escolha do aluno para reproduzir o miolo de uma flor, por exemplo. A colagem seria, nesse caso, uma estratégia que ele mesmo selecionou para demonstrar o seu conhecimento das partes de um vegetal e não unicamente para preencher o espaço de uma folha que lhe foi entregue.

---

<sup>1</sup> Material disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf>.

Nos alunos com déficit cognitivo, o processo de internalização do concreto se apresenta de forma deficitária, apresentando dificuldade em representar mentalmente os objetos do mundo real. Na organização do Atendimento Educacional Especializado<sup>2</sup> para estes alunos, o MEC prevê atividades que estimulem o desenvolvimento dos processos mentais: atenção, percepção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, linguagem; que fortaleçam a autonomia para decidir, opinar e tomar iniciativa; promovam a saída de uma posição passiva e automatizada para o processo de automação ativa da aprendizagem e do próprio saber; visem o engajamento do aluno em um processo de descoberta e relacionamento recíproco entre sua resposta e o desafio apresentado pelo professor; priorizem o desenvolvimento dos processos mentais dos alunos, oportunizando atividades que permitam a descoberta, inventividade e criatividade. Faz-se necessário, também, compreender que a alfabetização faz parte da aprendizagem, mas não pode ser determinante para o desenvolvimento dos demais processos, nem o único fim da educação de alunos com déficit cognitivo.

Segundo Ardore (2008, p. 69) embora, ainda se considere que a fase de capacitação para o trabalho dos adolescentes com deficiência se inicie aos 16 anos, na verdade, esta tem seu início desde a infância, com o desenvolvimento de hábitos e atitudes considerados necessários para o indivíduo se adaptar em qualquer ambiente, inclusive o do trabalho. Também é necessário compreender que nem todas as pessoas com deficiência poderão trabalhar. Nestes casos, podem participar de atividades ocupacionais adequadas às suas possibilidades: trabalhos artesanais, horticultura, cuidados no lar, etc. Tanto o trabalho quanto as outras atividades criam a oportunidade de estabelecer novos relacionamentos, fazendo uma diferença qualitativa na vida da pessoa com deficiência e aumentando sua auto-estima.

Sobre esses aspectos, a profissional entrevistada avalia o trabalho de alfabetização desenvolvido com o grupo como negativo.

“Eu acredito que teria, com esses que já se vêm tentando alfabetizar quatro, cinco, seis anos, eu acho que a gente teria que tentar agora uma coisa mais profissional assim, um artesanato”.

Quanto aos seus desejos com relação ao trabalho com o grupo, ela responde que desejaria

---

<sup>2</sup> O Decreto Nº 6571, de 17 de Setembro de 2008 dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado.

“sair da alfabetização e tentar uma outra coisa que tivesse sucesso, a melhor coisa seria a autonomia, uma coisa que eles realmente conseguissem realizar”.

Já a profissional que desenvolve atividades de informática (Psicopedagoga 3), relata uma situação bem diferente com o grupo de adolescentes e adultos. Com a proposta de “inserir-los no mundo digital” e também de utilizar a informática como “recurso pedagógico para auxiliar no trabalho de consciência fonológica, trabalho pedagógico de alfabetização, raciocínio lógico, mas tudo voltado para que eles possam ter uma aprendizagem melhor, com ganhos”, apresenta um resultado “mais do que positivo”, pois os alunos ultrapassaram as metas traçadas. Considera o trabalho como “surpreendente”. Destaca também o interesse dos alunos, que são atendidos de forma individualizada, com objetivo individualizado. A sala comporta até quatro alunos, mas cada um utiliza um computador com o software direcionado ao seu planejamento individual. Destaca, também, que o recurso

“deveria ser mais explorado, com mais aulas, porque está mostrando resultados maravilhosos, principalmente na auto-estima deles, porque estão utilizando um recurso que para eles é novo, que eles até achavam que nunca chegariam até o computador”.

Cita, como planos para o trabalho com esse grupo a implementação de

“uma sala de informática trabalhando tecnologia assistiva, porque nossa sala, com quatro computadores, não tem recurso nenhum de tecnologia assistiva, são computadores comuns. Hoje, eu consigo trabalhar com todos, mas eu vou trabalhar muito melhor com os recursos da tecnologia assistiva”.

Com relação a esse fator, é importante destacar o quanto devemos considerar que o saber se dá também por outras vias, não somente pela memorização das informações, mas pela transformação dessas em conhecimento para a solução de problemas. Imagens, sons e textos que estão na mídia apresentam linguagem e formatos distintos. Todos estamos expostos a essa gama de informações. Assim, temos que selecionar, separar, categorizar e analisar as diferentes formas e conteúdos destas informações. As novas tecnologias colocam as pessoas em um mundo de estímulos visuais, auditivos e imagens, estando sempre em contato com diversas mídias. Ao utilizar aplicativos como o computador na educação, é pensado sempre como o recurso tecnológico pode ser usado de maneira que venha enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, além de desenvolver a criatividade, raciocínio

e outras habilidades. A escolha do software educativo deve ser considerada conforme o seu conteúdo, analisando se ele atende ao objetivo proposto, se tem relevância pedagógica, e qual o feedback que pode estabelecer com os alunos. Também devem ser considerados, na utilização do recurso, o controle que o usuário tem da operação e como são tratados os erros, a fim de ter a possibilidade de uma avaliação dos ganhos quando da sua utilização. A prática pedagógica do educador com seus alunos deve orientar a escolha do software. (SILUK et al., 2008, p.20)

Com relação a avaliação, as três profissionais entrevistadas indicam que ela é realizada pela observação direta e diária, que fica registrada em fichas ou diários. Ao final de cada semestre, partindo dessas avaliações diárias, cada profissional deve fazer um parecer individual de cada aluno, que será entregue aos pais e alunos na presença de todos os profissionais. Nesta entrega de pareceres, são expostos, principalmente, os pontos em que o aluno evoluiu e debatendo, quando necessário, os pontos onde não houve uma evolução perceptível. É uma avaliação coletiva do aluno, um debate do próprio aluno com os pais e os profissionais da instituição. O aluno participa da conversa, concordando ou discordando do que é dito. Sempre são momentos agradáveis, onde é percebida a satisfação dos alunos, da família e dos profissionais com o trabalho realizado.

Esteban (2008) remete-nos à reflexão no processo de avaliação, pois a avaliação envolve subjetividade, dando a possibilidade de nos reconhecermos e também de desconfiarmos de nossas próprias decisões e visões, deparando-nos com questões como a ética do cuidado e da responsabilidade das relações, que nos levam à questões quanto à concepção que utilizamos ao avaliar nossos alunos e alunas e a favor de quem estamos avaliando. Esta reflexão, que vem de encontro à forma de avaliação realizada pelas profissionais da APAE de Lavras do Sul, pode ser resumida na citação:

Escolhemos tratar de um projeto de avaliação que implica um processo coletivo, em que os relatos apresentados possibilitem trazer para o debate a necessidade de perceber e de aceitar o outro na sua diferença, incorporando princípios que integrem nossas diferenças e semelhanças, nossos conhecimentos e desconhecimentos, nossas ações, nossos sonhos, nossas vidas. (ESTEBAN, 2008, p.151).

Durante as observações, observou-se que a fala das três profissionais podem ser divergentes em alguns pontos, mas são semelhantes em outros. A avaliação diária torna-se um importante instrumento não só para a avaliação do aluno, mas também

para a avaliação do trabalho desenvolvido. A consciência de que o trabalho está sendo positivo ou negativo é uma preocupação das profissionais, o que certamente beneficia os alunos, pois há um interesse em modificar o trabalho para melhor. Percebe-se uma tentativa de manter a relação entre os objetivos dos projetos e a prática desenvolvida. A educação não pode ser distante do contexto social em que está inserida, ela pode tanto sofrer influência quanto influenciar este contexto. Nas práticas pedagógicas observadas para o presente estudo, essa relação de influência encontra-se bem clara. Nessa troca, quem ganha são os alunos e os profissionais, e, conseqüentemente, a instituição APAE e a comunidade, que caminham num projeto bem sucedido de inclusão e aceitação de cada um na sua individualidade.

#### 4. REFLEXÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo conhecer as concepções dos profissionais que atuam com o grupo de adolescentes e adultos na APAE de Lavras do Sul, a fim de organizar espaços de discussão e reflexão sobre as práticas desenvolvidas, procurando possibilidades de atuação que favoreçam de forma significativa o desenvolvimento desses sujeitos que não são mais crianças e precisam ser estimulados para que se constituam como cidadãos. Durante o tempo de observação, entrevistas, e também durante minha atuação como educadora da APAE de Lavras do Sul/RS percebi que, talvez, o mais importante não seja o aspecto educacional, e, sim, a visão do indivíduo como um sujeito do mundo.

O grupo de adolescentes e adultos, sendo trabalhado por diversos profissionais e voluntários, muitas vezes tem o trabalho pedagógico desconectado. O que se sobrepôs a isto, entretanto, foi a maneira como cada aluno era tratado por quem estava ministrando as aulas em determinado momento. Todos os profissionais e voluntários, independente de formação ou área de atuação, tratavam os alunos de uma forma extremamente carinhosa, com um respeito enorme à individualidade de cada um. Não importava se os alunos estavam atingindo os objetivos propostos ou se o trabalho não estava se desenvolvendo da maneira proposta, sempre era oferecida uma alternativa para que os alunos ficassem felizes. Falar em felicidade, tratando de um trabalho científico, torna-se um tanto estranho, admito. Mas, não há outra forma de descrever as situações presenciadas. Os alunos do grupo de adolescentes e adultos têm enorme satisfação em frequentar a APAE, muitas vezes chorando ao saber que não teriam atividades devido a um feriado. O grupo interage de uma forma muito positiva entre si e há uma relação de fraternidade entre todos. Do motorista do transporte às voluntárias que fazem a merenda, há uma harmonia quanto à maneira como são percebidos os sujeitos com deficiência: pessoas que merecem todo o respeito e devem ser aceitas como são.

Uma das voluntárias da instituição definiu a APAE de Lavras do Sul /RS assim: “A APAE é lugar de gente feliz”. Ao concluir este estudo, quanto às concepções dos profissionais e práticas pedagógicas com adolescentes e adultos com deficiência, não posso deixar de enfatizar que a vida social, a inclusão na comunidade, está acontecendo de maneira extraordinária. A comunidade acolheu a

APAE e sua clientela. A instituição recebe inúmeras doações e participa de forma atuante de praticamente todos os eventos do município, seja com um piquete na Semana Farroupilha desfilando a cavalo ou apresentação do coral em conferências municipais. Há um visível movimento pró-inclusão das pessoas com deficiência na comunidade.

As concepções dos profissionais que atuam na instituição estão relacionadas à concepção de ser humano: cada um deve ser respeitado como é, e valorizado dentro das suas possibilidades. O trabalho pedagógico deverá sofrer modificações para 2010, uma vez que as inquietações dos profissionais não são meras “queixas”, nota-se que há um desejo real de modificação para melhor. Temas como o namoro e a sexualidade deverão surgir com a reestruturação dos projetos e também com a orientação aos familiares. Atualmente, não há como serem desenvolvidos, é necessária uma preparação prévia de todos os envolvidos, para evitar constrangimentos e problemas futuros. A alfabetização, com certeza, deverá perder o lugar de destaque como objetivo do trabalho pedagógico, pois, detendo-se neste ponto, muito do conhecimento de mundo deixa de ser trabalhado, limitando os alunos a uma única etapa de desenvolvimento, o que já foi percebido e está sendo modificado pelos profissionais. O trabalho utilizando o computador como recurso pedagógico deverá ser ampliado, uma vez que apresentou índices extremamente satisfatórios, com máquinas presentes em todas as salas de atendimento, não limitando-se ao projeto de Informática, e também a utilização de novos softwares e tecnologia assistiva.

Assim, ao concluir este estudo, pode-se compreender que a APAE de Lavras do Sul/RS está inserindo seus alunos na sociedade e a sociedade está se inserindo na APAE. A concepção de que todos devem ter um lugar no mundo e participar deste mundo de forma ativa, procurando algo em que consigam atuar de forma satisfatória, buscando novas alternativas e estratégias quando surgem dificuldades, visando o desenvolvimento na interação com o outro foi a preponderante na presente pesquisa. Entendemos que, se a concepção de educação está ligada à concepção de homem, a APAE de Lavras do Sul/RS está no caminho certo. Aqui, todos são iguais.

## 5. REFERÊNCIAS

ARDORE, Marilena, REGEN, Mina e HOFFMANN, Vera Maria. **Tenho um irmão diferente...vamos conversar sobre isto?** APAE. São Paulo, 2008.

BRASIL. **Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Mental.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Secretaria de Educação à Distância, 2007.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais.** Tradução de Edílson Alkmin da Cunha. 2 ed. Brasília: CORDE, 1997.

BRASIL, **Decreto n. 6571**, de 17 de setembro de 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. São Paulo: Brasil, 1996

ESTEBAN, Maria Teresa. (org) **Escola, currículo e avaliação.** São Paulo: Cortez, 2008.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira; et al. Especialização em Educação Especial: déficit cognitivo e educação de surdos. **Caderno do Módulo III.** Santa Maria: CE/UFSM, 2009.

ONU, **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília: Unesco, 1998.

SILUK, Ana Cláudia Pavão; et al. Especialização em Educação Especial: déficit cognitivo e educação de surdos. **Caderno do Módulo I.** Santa Maria: CE/UFSM, 2008.

VOIVODIC, Maria Antonieta M.A. **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down.** Petrópolis: Vozes, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1989.